

Sumário

Agradecimentos	5
Prefácio	7
Apresentação	17
Introdução	21
1. Conceitos técnicos	27
1.1. Principais tipos de provas digitais	27
1.2. Estruturas e sistemas de arquivos	38
1.3. Metadados e atributos (conceitos e usos)	43
1.4. Códigos hash (conceito e uso)	46
1.5. Logs (conceito e uso)	50
1.6. Cópia, imagem e extração forense (conceitos e uso)	51
1.7. Criptografia (mídias, arquivos e conteúdos)	57
2. Conceitos de relevância jurídica	61
2.1. Conceitos de origem, autenticidade e veracidade	61
2.2. Falsidade documental e ideológica	66
2.3. Conceito de custódia e cadeia de custódia (Arts. 158-A a 158-F do CPP)	67
2.4. Conceitos de integralidade e integridade	79
2.5. Validade e nulidades das provas digitais (Art. 563 do CPP e outros)	80

2.6.	A importância da perícia oficial (Arts. 6º, 158-C, 158-E e 159 do CPP).....	91
3.	Processos forenses	97
3.1.	Ferramentas forenses mais comuns e suas utilidades.....	97
3.2.	Procedimentos de custódia dos principais tipos de provas digitais.....	99
3.3.	Fragilidade da prova digital.....	122
3.4.	Exemplos de como provas digitais podem ser adulteradas de forma indetectável.....	126
3.5.	Síntese dos principais procedimentos de análise por cada tipo de prova.....	156
4.	Aspectos legais e procedimentais	165
4.1.	Abuso de autoridade (Art. 23, Lei 13.869/19) e fraude processual (Art. 347 do CP).....	165
4.2.	Uso da ata notarial (Art. 384 do CPC) em provas digitais no processo penal.....	167
4.3.	Provas digitais, Convenção de Budapeste e cooperação internacional.....	171
4.4.	Provas digitais obtidas através da implantação de malwares.....	174
	Referências bibliográficas.....	177